

# Comissão realiza sessão de muitas gafes e acusações

Numa sessão agitada cheia de gafes, ironias e acusações à liderança do PMDB na Constituinte, a Comissão de Sistematização derrotou ontem, por 51 votos a 40, a emenda que propõe a carga horária de trabalho não superior a 40 horas semanais, e não excedente a oito horas diárias, com intervalo para repouso e alimentação, de autoria do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ). O substitutivo de Bernardo Cabral (PMDB-AM), no inciso XI, do capítulo 6º, menciona apenas a duração do trabalho não superior a oito horas diárias.

Ao defender a emenda de Brandão Monteiro o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) salientou que mesmo em países menos desenvolvidos da Europa, como Portugal, Espanha e Grécia, adotam jornada de trabalho inferior a 40 horas, e se adotada no Brasil ela iria aumentar a força de trabalho em 16%. Já Brandão Monteiro garantiu, ao defender sua emenda que, se adotadas as 40 horas, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro iria aumentar em 13 vezes e ainda que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) já aprovava a jornada de 40 horas. Em seguida, Brandão conclamou os constituintes a aprovarem sua emenda, pois as 40 horas resolveriam não só o problema da exploração dos trabalhadores brasileiros, mas também dos inúmeros desempregados.

## Gafe

O deputado Alcení Guerra (PFL-PR) foi responsável pela maior gafe da sessão. Ao ser chamado para falar contra as 40 horas, Alcení confessou na tribuna não saber sobre o que falaria e afirmou desconhecer o teor da emenda de Brandão Monteiro. Devido à confusão, falou apenas três minutos, e mesmo assim equivocando-se quanto à carga horária, mencionando por diversas vezes 44, ao invés de 40 horas.

Em seguida, o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP) encaminhou à Mesa da Sistematização, pedido de preferência de destaque de sua emenda recurso

regimental para que se vote antecipadamente uma emenda), na qual estabelecia 44 horas para a jornada de trabalho. A preferência foi rejeitada, prejudicando, portanto, a emenda.

Outro pedido de preferência de destaque foi solicitado. Desta vez pelo deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que prevê 42 horas para a jornada de trabalho. Como o deputado havia entregue ao presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), naquele momento o seu pedido de preferência, a questão foi considerada anti-regimental pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). O relator da Sistematização Bernardo Cabral, porém, autorizou a votação do pedido de preferência, argumentando que as pessoas deveriam assumir suas responsabilidades. A preferência, entretanto, foi rejeitada.

## Acusações

Antes de ser votada a preferência do deputado Paulo Ramos, o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), pediu questão de ordem, para acusar a liderança do PMDB, como responsável pela derrota da emenda de Brandão Monteiro que previa as 40 horas. Vinte e sete peemedebistas da Sistematização votaram a favor, e 20 contra. Lima Filho lamentou que a jornada de 40 horas não tivesse sido aprovada por apenas sete votos. Entre os que votaram contra estão os senadores Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Albano Franco e João Calmon e os deputados Carlos Sant'Anna, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, José Serra, Prisco Viana, Egidio Ferreira Lima e Israel Pinheiro.

Pimenta da Veiga, visivelmente alterado, foi à tribuna defender ao líder em exercício do PMDB, Euclides Scalco, deixando configurada uma briga interna no partido, quando membros do grupo de Scalco (composto basicamente pelos vice-líderes) e do MUP (Movimento Unidade Progressista) acusaram-se mutuamente de traição.